

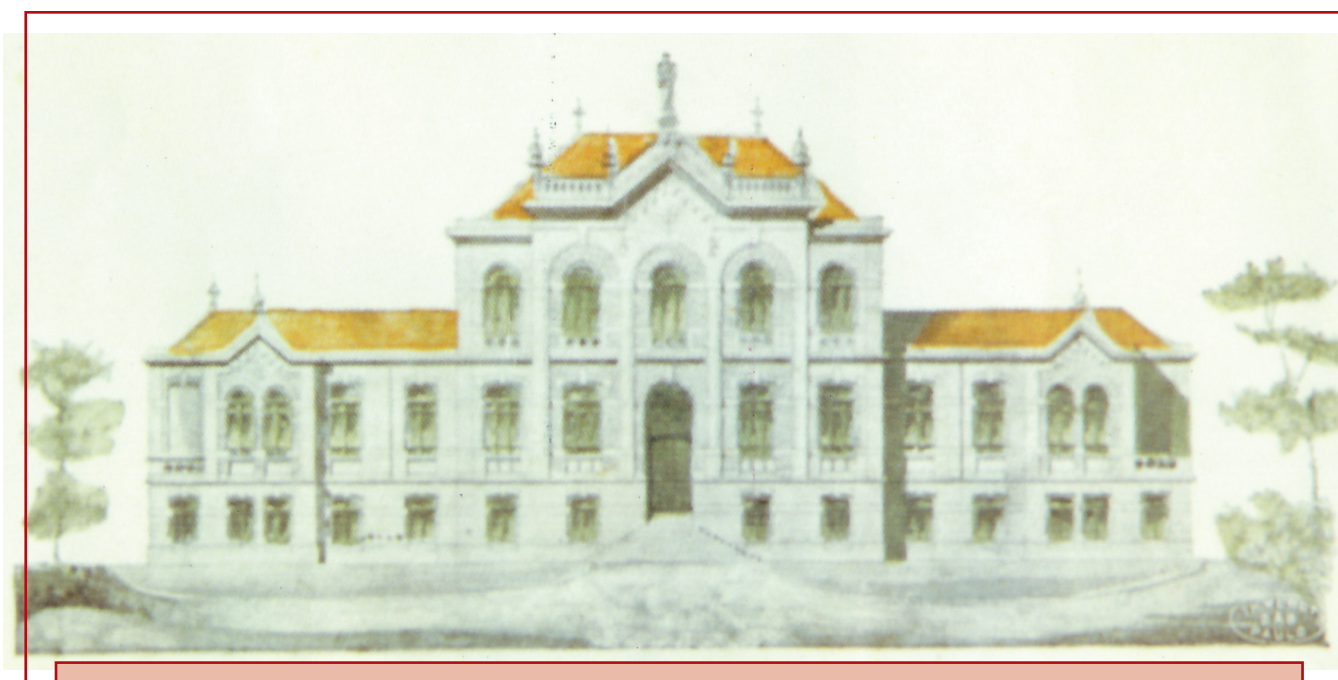
Hospital Santa Catarina 100 anos de fundação Breve história

Carlos José Benatti

Na Polônia, existe uma linda região chamada Ermland, na qual encontramos um lugarejo chamado Braunsberg, onde nasceu, em 1552, Regina, de família rica, a dos Prothmann. Braunsberg era um pequeno foco cristão de resistência católica cercado por imenso grupo protestante.

A família Prothmann era católica, e o destino de Regina seria igual ao de todas as meninas ricas, isto é, sair de casa

para um casamento ou para um convento. Todavia, Regina, desde menina, demonstrou grande interesse por obras sociais, por auxílio a inúmeros pobres da região, por uma mudança na educação de meninas como ela, mas sem nenhuma perspectiva na vida. Quando adolescente, saiu de casa, sob os veementes protestos da família. Alojou-se numa humilde casa da comunidade, onde iniciou um



Sanatório de Santa Catharina

movimento de educação das meninas pobres e de obras sociais. Mil anos antes, Buda fizera o mesmo e, séculos depois, São Francisco também. Seu lema: DEUS, ENSINO E CARIDADE.

Seu modesto centro de atendimento hipertrofiou-se, ganhando numerosas jovens adeptas da região. Isso aconteceu de tal forma que chamou a atenção dos jesuítas da comunidade, os quais se empenharam para que aquele núcleo se transformasse em uma Congregação religiosa. Foi tudo muito difícil, pois o Concílio de Trento já proibía que tais organizações femininas deixassem de viver em estrita clausura para se dedicar a trabalhos externos. Não obstante, Roma deu o aval, e Regina, em 18 de março de 1583, fundou a Congregação à qual deu o nome de Santa Catarina de Alexandria, em homenagem à virgem heroína, ficando como madre geral até 1613, data de seu falecimento com 61 anos.

Tal fato não esmoreceu a Congregação, que, nesta altura, já tinha lideranças substitutivas e com grande expansão em dois focos: ensino de meninas e assistência de enfermagem domiciliar.

Tudo corria bem até que Bismarck, em 1875, proibiu os religiosos de ensinarem e aboliu todas as ordens religiosas, com exceção das que se dedicassem à enfermagem. Foi um duro golpe. Não havia como colocar tantas professoras na área da saúde, tão especializada. A solução foi enviar ao exterior as irmãs “excedentes”. Assim, muitas foram para a Finlândia, outras para a Inglaterra e outras, ainda, para o Brasil. Brasil? Por que o Brasil? Simples: foi um apelo dos franciscanos de Petrópolis, através de Frei Ciríaco Hielscher, para que viessem fundar um colégio para meninas e cuidar da saúde do sofrido povo da região e de todo o país. Havia muito o que fazer.

Desta forma, pelo navio Córdoba, em 16 de junho de 1897, chegaram ao Rio de Janeiro as irmãs Rosa, Crescência, Daria e Irmengard, as quais, de trem, foram direto para Petrópolis. Com grande experiência na área de educação de meninas, fundaram uma escola para educação

das filhas dos alemães da região e, aos poucos, foram assumindo também a assistência de enfermagem nos rústicos centros de saúde. Demonstraram ser extremamente talentosas na área de saúde e, a pedido, montaram um pequeno centro de saúde em Porto Alegre e outro em Juiz de Fora; além disso, a pedido dos beneditinos de São Paulo, aqui vieram e se instalaram precária e provisoriamente em vários pontos da cidade, como o da Rua Jaguaribe, Rua da Consolação e Avenida Brigadeiro Luis Antônio, até que, por inspiração de D. Miguel Kruse e do médico dos beneditinos, Dr. Walter Seng, bem como da irmã Beata Heinrich, foi comprado um terreno no espigão da Avenida Paulista, pertencente ao Banco do Brasil. Em 6 de fevereiro de 1906, foi inaugurado o primeiro pavilhão, com o nome de Sanatório Santa Catarina. Na época, São Paulo tinha 200 mil habitantes.

Desde o início, desenhava-se a grande vocação cirúrgica do hospital que abrigou os mais diferenciados e ilustres cirurgiões da paulicéia. Não se pode esquecer de que, devido aos poucos meios diagnósticos subsidiários, a cirurgia também era usada como meio diagnóstico.

Interessante que, em 1906, em 23 de outubro, Alberto Santos Dumont fazia o primeiro vôo de um aparelho mais pesado que o ar. A trajetória dele foi o inverso das irmãs da Congregação de Santa Catarina, uma vez que saiu de Cabangu, em Minas Gerais, onde nasceu, e foi a Paris para se projetar; as irmãs saíram de Braunsberg, na Polônia, para desenvolverem um grande trabalho pedagógico e assistencial na área de saúde, em Juiz de Fora, bem próximo da terra natal de Santos Dumont, e de lá se projetaram nacionalmente através do Sanatório Santa Catarina em São Paulo.

No tempo das diligências (III)

Aconteceu comigo. Poderia ter acontecido com o leitor.

Oswaldo di Loreto

Em 1956, eu não trabalhava com crianças; trabalhava com adultos psicóticos ou neuróticos graves internados em Hospitais psiquiátricos. Ou, para dizer como digo, hoje, a meus alunos: “Eu não trabalhava com crianças-de-envoltório-pequeno; trabalhava com crianças-de-envoltório-grande” (e não é isto que são psicóticos e neuróticos adultos?!).

Meu emprego principal era no Hospital Psiquiátrico do Juqueri, do governo do Estado de São Paulo. Um grande depósito: 12 mil pacientes internados. Mais especificamente, no 3º Pavilhão Masculino, um pequeno depósito: 400 pacientes. E eram loucos pobríssimos, paupérrimos, indigentes.

Quando li Franco Basaglia, muitos anos mais tarde, fantasiei, absurdamente, que, em outra enca(de)rnação, Basaglia havia trabalhado no Juqueri, talvez no 3º Pavilhão. Só quem trabalhou lá poderia dizer: “O que mais me impressiona ao entrar num hospital psiquiátrico não é ver como os pacientes são loucos; mas, sim, como eles são pobres” (cito de memória. As palavras podem não ser essas).

Muitos pacientes eram internados nas madrugada e trazidos por viaturas da Polícia – ou, como se dizia na época, por radiopatrulha –, sem qualquer informação, além do B. O. redigido no característico e delicioso jargão policial: “Elemento encontrado em via pública. Mal súbito”. Ou, ainda: “Cidadão ‘débil mental’ perambulando sem destino”.

Meu primeiro trabalho médico no Juqueri era, pois, examinar, todas as manhãs, aquela leva de miseráveis, verdadeiro lixo humano recolhido nas madrugadas da grande metrópole.

Numa determinada manhã, a seguinte cota diária de lixo humano foi encaminhada ao 3º Pavilhão Masculino: vários alcoolistas crônicos em estado de *delirium tremens*; dois psicóticos muito deteriorados, e um “‘débil metal’ que sofrera ‘mal súbito’ e fora encontrado perambulando sem destino”. Nenhuma informação, nenhuma identidade, somente uns papéis com timbres de Hospitais clínico-cirúrgicos, os quais sugeriam que, confuso e desconexo, passara dias e dias sendo levado de pronto-socorro a pronto-socorro, e, sem diagnóstico, acabara no Juqueri. Sujo, rasgado, maltrapilho.

Sintam o quadro: era japonês, estava confuso, falava pouco e mal um português arrevesado, apenas o suficiente para eu perceber que delirava abertamente um delírio de grandeza. Dizia-se presidente de uma grande multinacional japonesa. Dizia, também, ter sido roubado de grande quantia de dinheiro. E de preciosos documentos. “As idéias delirantes de grandeza são frondosas”, caprizei no prontuário.

Resolvi não prescrever nada, somente esperar a evolução do quadro – ou a chegada de informações. Mas pedi um Wassermann (exame de sangue para sífilis, dado que, para delírios muito estrambóticos, a neuro-lues era ainda causa freqüente). E coloquei-o aos cuidados de Dom Pedro 1º – que não se

perca pelo apelido –, outro megadelirante, internado há muitos anos, prestativo e bondoso, que funcionava como auxiliar da enfermagem (“paciente bom”, dizia-se no Juqueri, desprezando a contradição existente entre as palavras).

Fiquei à espera.

E não perdi por esperar. Logo surgiram as informações, ou melhor, logo surgiu a informação. Passados uns três, quatro dias, ainda pela manhã, começaram a desfilar os carrões. Todos pretos, todos Mercedes Benz. Pensei que fosse o governador Jânio Quadros dando uma de suas “incertas”, prática que ele pôs em grande moda naquela época. Mas não. Pararam na porta do meu 3º Pavilhão. Desceram 10, talvez 12 japoneses e nipo-brasileiros, todos engravatados e com pasta 007. E, tão logo viram meu megadelirante, puseram-se a fazer aquelas elegantes reverências orientais, as quais se repetiam e repetiam. E se tornavam cada vez mais profundas. E tão profundas se tornaram as orientais reverências que, em certo momento, com ângulo favorável, meu campo de visão era constituído por 12 alegres e risonhas vírgulas humanas.

Os vice-presidentes e assessores da multinacional japonesa tinham conseguido, enfim, localizar seu presidente!

Oswaldo di Loreto
Psiquiatra

Academia de Medicina de São Paulo comemora em 7 de março de 2006 111 anos

Homenagem ao fundador Luiz Pereira Barreto

Guido Arturo Palomba

Luiz Pereira Barreto nasceu em 11 de janeiro de 1840, em Rezende, Estado do Rio de Janeiro. Era filho de Fabio Pereira Barreto e de Francisca de Salles Barreto. Em Rezende, iniciou-se nos estudos no Colégio de Joaquim Pinto Brasil. Já em São Paulo, concluiu os estudos no Colégio São Carlos. Aos 15 anos, seguiu para a Bélgica, para estudar Medicina. Graduou-se, provavelmente, em 1864. Saudoso da pátria, Barreto voltou para o Brasil, trazendo da Bélgica a paixão pelo positivismo de Augusto Comte.

Em 1865, mais precisamente no dia 18 de julho, Pereira Barreto apresentou-se ao exame de suficiência para poder exercer a Medicina no Brasil, defendendo tese perante banca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada *Teoria das gastralgias e das nevroses em geral*.

Para o historiador Roque Espencer Maciel de Barros, esse escrito marcaria, simbolicamente, a nova etapa do desenvolvimento do positivismo no Brasil, do qual Pereira Barreto é um dos titãs. Na citada tese, Barreto escrevera que o espírito humano tem passado por três estados sucessivos: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e o positivo ou real.

Em 1866, casou-se com a senhora Carolina Peixoto, e clinicou na cidade paulista de Jacaré.

Entre 1874 e 1876, publicou a obra *As três filosofias*, em dois volumes. Nela esclarece Barreto que a primeira filosofia diz respeito aos conservadores, os representantes do antigo passado; a segunda, aos liberais, aos representantes do passado moderno; e a terceira, ao contemporâneo, à ciência atual, vale dizer, o positivismo. A obra é toda baseada em



Augusto Comte: “Em todo o decurso do meu trabalho, não alcanço uma só idéia que não tenha sido emitida por Comte ou sua escola: só me pertencem as eivas da exposição” (Barros, R. E. M., *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*, p. 105). Propõe a reforma espiritual como solução positiva e fundamental, a qual deverá ser atingida pela educação, como concebido por Comte.

Nos anos seguintes, Barreto passou a dedicar-se a campanhas de conteúdo socioeconômico. Seu alvo era mostrar, praticamente, o valor e o poder da ciência, única força capaz de impulsionar o País para o futuro. Como médico, vê a necessidade de sanear o País; como homem de ciência, percebe a necessidade

de resolver questões eminentemente técnicas. Então, escreve artigos sobre plantações, qualidade e propriedade das terras, de modo especial, da terra roxa. Iria, a seguir, adquirir, em Ribeirão Preto, uma fazenda que se tornaria modelar.

No final da década de 1870, início de 1880, Barreto viu-se envolto em política e tornou-se membro do Partido Republicano. Nessa época, escreveu uma série de artigos para o *Jornal A Província de S. Paulo*, sob os seguintes títulos: *A elegibilidade dos acatólicos* (1879), *A grande naturalização* (1880), *Os abolicionistas* (1880), *Ainda os abolicionistas* (1880), *A metafísica* (1881), *A nova lei sobre a matrícula de escravos* (1881).

Barreto seria eleito representante à Constituinte Estadual de 1891 e, numa homenagem ao seu grande mérito e prestígio, elegê-lo-iam presidente da Assembléia Constituinte e, posteriormente, presidente do Senado Estadual. Para Roque Espencer Maciel de Barros, suas poucas intervenções na Assembléia e no Senado, a forma excessivamente protocolar de agir, alheio aos debates, “difícil se torna examinar e medir a importância de sua curta experiência parlamentar” (op. cit., p. 178).

Em meados da década de 1880, Pereira Barreto dedicou-se à campanha de saneamento público, no combate a moléstias epidêmicas que assolavam o Brasil. Lançou-se na campanha contra a febre amarela.

Em 1887, Barreto começaria a participar da longa e penosa luta contra esse mal, como membro da Comissão Lacerda, que, nesse ano, esteve em Campinas fazendo os primeiros ensaios para debelar a doença. Em 1889, como ainda

grassasse a terrível febre em Campinas, o presidente da província, Barão de Jaguara, incumbiu Pereira Barreto de preparar a opinião pública para receber, sem choque, a notícia de que o Estado estava disposto a gastar vultosa quantia a bem da higiene para combater o mal. Em março desse ano, escreveu Barreto, no *A Província de S. Paulo*, quatro artigos sob o título *Febre amarela*, nos quais defende a opinião de que o mal é devido à água contaminada: “teoria das águas”. Mais tarde, quando descobriu-se que a febre amarela era provocada por um mosquito, Barreto não abandonou completamente a sua teoria hídrica, procurando, isto sim, conciliar as idéias, convencendo-se de que somente o fechamento dos poços e fossas não era suficiente para debelar o mal, sendo preciso atacam o mosquito por todos os lados, mas também de que qualquer água estagnada é perigosa, pois é nela que os insetos se reproduzem.

Luiz Pereira Barreto foi um grande educador e, embora combatesse o academicismo (que, para ele, representava o antigo passado), era defensor da abertura de novas academias.

Data de 24 de novembro de 1881 o Decreto que criaria, em São Paulo, uma Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia, a qual, entretanto, não vingou. Esse Decreto, certamente, teve a influência direta de Luiz Pereira Barreto, considerando que era líder da Medicina paulista e nessa área nada acontecia de importante que não tivesse a sua especial providência.

A futura Academia de Medicina de São Paulo somente viria a ser criada, por Pereira Barreto, em 7 de março de 1895, inicialmente com o nome de Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da qual se falará adiante.

Pereira Barreto teve alguns desafios. O mais célebre foi Eduardo Prado, católico e monarquista, que escrevia no *A Província de S. Paulo* (sob o pseudônimo de Frederico de S.). Pereira Barreto era positivista, que sonhava, antes de tudo, com um futuro no qual o respeito à vida humana e à liberdade seriam os valores supremos, a verdadeira religião a congregar os homens. Há em Barreto a sedução pela técnica e pelo progresso da indústria, com inspiração americana. Eduardo Prado desejava encontrar para o Brasil um caminho original e próprio, uma sociedade regida por leis saídas de sua própria natureza, da sua história, do caráter de seu povo.

A animosidade entre Pereira Barreto e Eduardo Prado iria exacerbar-se no início do século XX, época em que trocaram acusações por meio de artigos em jornais.

Em *O Comércio de São Paulo*, de 16 de maio de 1901, Eduardo critica Barreto por seu otimismo anticientífico, erros em geografia, em história, em fisiologia etc., sem negar competência ao ilustre cirurgião. Lembra apenas que Barreto, movido pela intolerância e exclusivismo, cegou-se.

Pereira Barreto respondeu-lhe, em artigo publicado no *Estado de S. Paulo*, em 18 de maio de 1901, sob o título *O século XX e o Sr. Dr. Eduardo Prado*. Barreto não se ocupou profundamente das objeções a ele dirigidas e viu nos “pormenores” apontados por Eduardo um simples meio de desviar o debate que, para Barreto, deveria girar em torno da decadência do povo. Barreto não aceitava a discussão no plano em que Eduardo a propunha.

Em 19 de maio de 1901, Eduardo revida, pelo *O Comércio de São Paulo*. Em 21 de maio do mesmo ano, Barreto volta a responder pelo *Estado*. As discussões continuam, cada vez mais acaloradas, em artigos sucessivos, já publicados no *Comércio*, de Eduardo, já no *Estado*, de Barreto, e a polêmica, que começara viva, com debates em torno de idéias, acabou em acusações pessoais e em processo criminal. Em 17 de julho de 1901, tanto o *Comércio* quanto o *Estado* são avisados de que se iniciara uma ação penal, pondo término ao recontro.

Seis anos antes (final de 1894, início de 1895), havia sido deflagrada campanha difamatória contra os médicos paulistas, que eram acusados da prática de apresentar contas exorbitantes a serem cobradas quando do inventário de pacientes ricos falecidos. Revoltados com a difamação que lhes recaía, os médicos prepararam uma reunião de desagravo, na qual estava Pereira Barreto. Nesse dia, surgiu a idéia da criação de uma, a primeira, entidade médica de São Paulo. Avençaram encontro para o dia 24 de fevereiro de 1895, na Rua São Bento, 23, consultório de Sérgio Meira.

Nesse dia, ocorreu a primeira reunião preparatória. Presentes as mais importantes expressões da Medicina, como Arnaldo Vieira de Carvalho, Teodoro Reichert, Matias Valadão, Candido Espinheira, Amarante Cruz, Carlos Botelho, Luiz Pereira Barreto. Logo a seguir, em 7 de março do mesmo ano, com mais 28 nomes unidos em torno do mesmo ideal, ocorreu a segunda reunião preparatória,

quando foram aprovados os Estatutos da agremiação, estabelecendo-se, assim, aquela data como a da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, nome depois de muitos anos mudado para Academia de Medicina de São Paulo.

Uma semana depois, em 15 de março de 1895, houve a instalação solene da Casa de Pereira Barreto, no edifício da Faculdade de Direito de São Paulo, as Arcadas do Convento Franciscano, gentilmente cedido pelo seu diretor, Barão de Ramalho.

Em seus derradeiros anos de vida, Barreto aderiu francamente ao darwinismo e com ele chegou a conceitos de eugenia, que funcionaria como uma espécie de medicina preventiva, preparando homens sadios capazes de assegurar nossa tranquilidade e prosperidade, aproveitando, assim, a lei natural da seleção, respeitando-se, porém, o princípio da moral, ao qual tudo deve subordinar-se.

Dedicou-se, também, à problemática do envelhecimento: “Atirado em vida, desarmado, sobre um inóspito rochedo [escreveu Barreto em 1921] o homem é um ente consciente, condenado sem apelo à morte. Todo o brilho das suas faculdades intelectuais e morais, ostentado durante a mocidade e a idade viril, desaparece tristemente na escuridão da última fase de sua curta existência. A velhice é uma imerecida humilhação e a morte é uma trágica injustiça. Não temos para nos defender senão o fraco e o vasicante filete de luz que a natureza, por grande favor, concedeu ao nosso cérebro e é só com essa precária e frágil arma que temos de sustentar a luta pela vida” (Barros, R. E. M., op. cit. p. 242).

Em 11 de janeiro de 1923, no dia de seu 83º aniversário, contrariando os seus hábitos de madrugador, a porta do quarto em que dormia continuava fechada quando as outras pessoas da família despertaram. Aberta a porta, “encontrou-se caído e já em rigidez cadavérica o corpo do grande cientista” (*O Estado de S. Paulo*, janeiro de 1923).

Guido Arturo Palomba

Membro da Academia de Medicina
de São Paulo

GERALDO NUNES LANÇA LIVRO COM NOVAS HISTÓRIAS E CURIOSIDADE SOBRE BAIRROS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Os relatos de quem mora na metrópole compõem o segundo volume do livro *São Paulo de todos os tempos*, do repórter aéreo Geraldo Nunes, publicado pela RG Editores. De acordo com o jornalista, recentemente envolvido em um pouso forçado na Marginal Pinheiros, o intuito é continuar relatando histórias contadas em seu programa que leva o mesmo nome e vai ao ar nos finais de semana pela Rádio Eldorado AM 700 kHz.

Entrevistas com moradores do Ipiranga, Pinheiros e Vila Mariana, entre outros bairros, compõem o livro.

O amor e a dedicação ao Rádio também são expressados na obra de Geraldo Nunes, que trabalha nesse veículo de comunicação há mais de 25 anos. Ele ressalta que a força do Rádio está no poder da imaginação. “Ouvir rádio é sonhar acordado”, resume Geraldo que procura fazer uma viagem no tempo, contando histórias da cidade, mescladas à história da aviação, chegando aos dias atuais com a cobertura diária do trânsito em helicópteros.

A obra *São Paulo de todos os tempos*, volume II é um lançamento da RG Editores, disponível nas principais livrarias.

Luis José Attílio Fiore

Guido Arturo Palomba

A Psiquiatria paulista perde um dos grandes de sua Escola, Fiore, o nosso querido Fiorella. Era discípulo ferrenho de Aníbal Silveira, seu mestre e seu amigo, que lhe deu as bases doutrinárias da Psiquiatria, a qual tão bem aplicou aos milhares e milhares de pacientes de seu amado Hospital de Juqueri.

Fiore gostava das boas discussões acadêmicas. Sempre bem preparado, nelas entrava com a habilidade dos grandes experientes, “raposas velhas” na arte de esgrimir.

Fiore era um jovem, e manteve a jovialidade e a lucidez até morrer, caminhando para os 90 anos. Espírito aberto, altamente sensível, habilíssimo no exame de doentes mentais, prático e rápido de compreensão, embora obeso e com dificuldade para enxergar, era o melhor psiquiatra de Franco da Rocha para lidar com os doentes agitados e histéricos. “Pegava-os na unha”, o melhor de todos os tempos, talvez só perdendo para o lendário Passos Mão de Ferro.

Conhecia Psiquiatria como poucos e, nesse aspecto, foi um dos grandes apreciadores das obras clássicas. Lia muito, tirava os óculos e “colava” o livro nos olhos, devorando-as fosse qual fosse o idioma.

Dedicou grande parte de sua vida ao Hospital de Juqueri, do qual foi diretor. Quando de lá saiu, sempre com ânimo e disposição, entregou-se a dois grandes prazeres: a Clínica Alphaville, um antigo convento transformado em casa de internação, e o consultório particular.

Reuniu grande clientela e a todos tratava com fidelidade, dedicação e carinho.

Em dezembro de 2005, o Hospital Central de Juqueri, sua Casa e sua Escola, ardeu em chamas. Não sobrou nada, nem a biblioteca nem o Centro de Estudos, os arquivos centenários, a escadaria de madeira, exceto uma parte da parede de tijolos, do lado direito do frontispício. Esse incêndio, cujas conseqüências certamente fez Fiore chorar, acabou com parte importante da Psiquiatria paulista. Agora, em 4 de fevereiro, morre Fiore, amigo querido, outra grande perda, cuja ausência jamais será preenchida.

Guido Arturo Palomba

Médico do antigo Hospital de Juqueri

Longevidade e natalidade. Até quando valem a pena?

Helio Begliomini

Embora haja ainda no mundo países paupérrimos como o Serra Leoa, na África, onde a expectativa de vida situa-se ao redor de 26 anos, índice menor do que na época de Cristo, constata-se nos últimos anos que a idade média de populações, tanto de países do primeiro mundo quanto de outros subdesenvolvidos, guardadas as devidas proporções, tem ganhado não somente em quantidade, mas também em qualidade.

A cada década que passa novos índices de longevidade são alcançados. Há até previsões de que o homem no decorrer dos próximos séculos poderá chegar paulatina e confortavelmente aos 120, 130, 150 anos... ou mais!

Hoje em dia já se verificam ambulatórios de geriatria subespecializados em atender pacientes especificamente acima de 100 anos! *Pari passu*, constata-se um contingente cada vez maior de pessoas que ultrapassaram os umbrais dos 70 que, sem se fazerem de rogadas, mantêm-se em atividades manuais ou mesmo intelectuais. Os grupos da terceira idade, entre outros, são exemplos vivos neste particular.

Entretanto, tais benesses oriundas da evolução técnico-científica; do aprimoramento das condições de higiene e saneamento básico; da melhor compreensão e assimilação de uma cultura voltada para os conceitos de medicina preventiva, rivalizam com uma sociedade capitalista, altamente competitiva e tecnocrata, que alija desapidadamente do mercado de trabalho outros “idosos” ao redor de 40 anos.

Os países do primeiro mundo já sentem as dificuldades de manter os benefícios assegurados na lei para o contingente de seus aposentados, cada vez maior proporcionalmente ao dos trabalhadores efetivos, sobretudo quando se considera o baixíssimo índice de natalidade, quando não, o crescimento matematicamente negativo da população.

A discussão hodierna sobre a clonagem humana e as técnicas de utilização de células totipotenciais, embrionárias ou não, para

o tratamento de doenças degenerativas, entre outras, além de se situar em áreas limítrofes entre a realidade e a ficção, torna-se mais especulação do que promessas, constituindo-se em genuíno factóide.

Não restam dúvidas de que existem muitos interesses econômicos subjacentes em dominar quaisquer tecnologias voltadas para a terceira idade, sobretudo quando se sabe de antemão que, nas próximas décadas, o número de indivíduos acima dos 60 anos aumentará consideravelmente. Entretanto, do ponto de vista socioeconômico-previdenciário, visto racionalmente pela ótica do governo, até quando valerá a pena melhorar e investir na longevidade e na qualidade de vida de uma população economicamente não ativa, que representaria inexoravelmente um incremento a mais nos seus gastos?

Com certeza o instinto da sobrevivência é o mais forte do ser humano e sempre falará mais alto. Mas como coaduná-lo numa sociedade cada vez mais pragmática e desumanizada, pois se torna infensa aos valores plurimilenares da tradição judaico-cristã?

Embora se tenha falado muito na hipotética utilidade do uso das células-tronco em diversas situações clínicas, não se tem tornado oitiva seu uso na recuperação da eterna juventude, ambicionada desde prístinas eras, tampouco na restauração da função reprodutora, perdida também implacavelmente com a idade.

Caso esse conceito seja realmente intransponível à luz da ciência das décadas vindouras, dificilmente o ganho em longevidade traria um proporcional incremento nos anos de fecundidade, sobretudo quando se tem em mente o sexo feminino, penalizado com a contingência da menopausa.

Assim, nesse cenário, o mundo num futuro não muito distante seria dos velhos, sem nenhum tom pejorativo que esse vocábulo possa encerrar em mentes malsãs, uma vez que, para uma expectativa de vida de modestos 120 anos, o in-

divíduo trabalharia produtivamente, em média, 40 a 50 anos, sendo que nos seus últimos, com certeza, em ambiente não competitivo, e teria um gozo de sua pujante senectude de outros 50 a 60 anos. Em nações onde o achatamento contínuo e inercial de sua base demográfica constituída de indivíduos jovens e o paralelo crescimento do número de idosos, tal qual um majestoso *iceberg* de ponta-cabeça, acenaria para o seu estiolamento populacional e sua incoercível extinção.

Por mais incrível que possa parecer, nesse grave contexto poder-se-ia, paradoxalmente, num futuro não muito longínquo, ser passível de condenação qualquer casal em idade reprodutiva que desregradamente ousasse praticar métodos de controle da natalidade, sem que tivesse pelo menos dois filhos, número mínimo de reposição populacional. Especificamente, o aborto provocado poderia ser enfim tachado de crime hediondo, mesmo nos países que hoje são seus apologistas, pois sua prática se situaria frontalmente contra os interesses de segurança e de subsistência nacional.

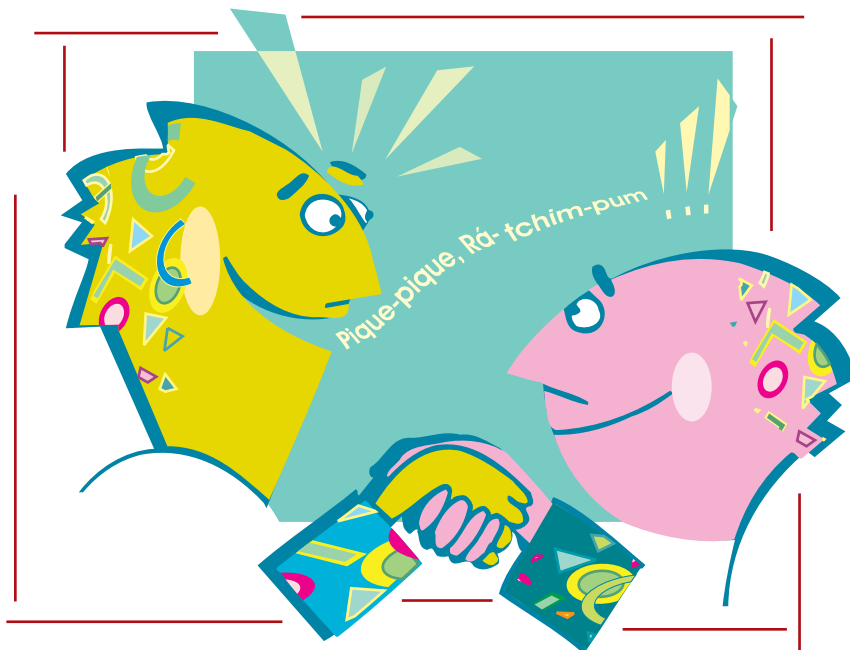
Por mais que se viva, sempre haverá um limite médio de intensa produtividade e reprodutibilidade, e o fator longevidade associado ao fator natalidade, se não forem bem conceituados e planejados, representarão um amargo ônus econômico e social, sobretudo numa sociedade que se materializa cada vez mais por prescindir das riquezas dos valores humanístico-cristãos.

Helio Begliomini

Membro da Academia
de Medicina de São Paulo

Este trabalho foi laureado com o segundo lugar na categoria “Ensaio” do Concurso da Academia Brasileira de Médicos Escritores (Abrames), recebido em sessão solene no dia 18 de outubro de 2005, na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

A origem do Pique-Pique, RÁ-TCHIM-PUM!



O popularíssimo “pique-pique”, brado em praticamente todas as festas de aniversário, nasceu em São Paulo, e são seus autores os então estudantes de Direito Ubirajara Martins e Mário Ribeiro da Silva.

Será que esse brado se inspirou no “hip-hip-hurra” dos ingleses? Não, com certeza, não. Nasceu, isto sim, dos bigodes do Ubirajara Martins, que eram enrolados nas pontas, pontiagudos, donde o apelido de pique-pique.

Tudo aconteceu na paulistaníssima Avenida São João, nos idos de 1923. Guilherme de Almeida resumiu fidedignamente o fato histórico no *Diário de S. Paulo* de 12 de setembro de 1952,

depois do depoimento que Ubirajara lhe dera, da seguinte maneira:

“1923. A turma que iria colar grau (a do Primeiro Centenário da Faculdade) cultuava a boa boêmia. Três estudantes – o Ubirajara, o Arú Medeiros e o Mário Ribeiro da Silva – fundaram uma alegre sociedade que se chamou ‘Pudim’. Com o bom fermento, o ‘Pudim’ cresceu, ‘desbravou’ o Interior com uma ‘Bandeira Acadêmica’ composta de um ‘team’ de futebol, um ‘jazz’ e um grupo teatral: somente estudantes, e não apenas de Direito, mas já também de Medicina, da Politécnica e do Mackenzie.

Ora, essa turma precisava de um grito-de-guerra. Não lhe bastava o

corriqueiro ‘Rá-rá-tchim-pum’. Sentia necessidade de coisa mais característica... Ora, na sua trindade fundadora havia, primeiro, o apelido do Ubirajara: ‘pic-pic’ (por causa dos seus bigodes feitos de pontas agressivas como ‘picos’). E depois, a expressão ‘inexpressiva’ do Mário, que, a qualquer propósito, cortava a perlanga do interlocutor com um inoportuno e incompreensível: ‘Meia hora...’. Ora, certa noite, no ‘Pérola de Ouro’ – um bar lusitano da Avenida São João, lá pelo Paissandu – quando ia alta a noite e alto o nível alcoólico, a cada novo trago, Mário brindara Ubirajara dizendo: – ‘Pic-pic, pic-pic, pic-pic’, e a Ubirajara a vez de replicar: – ‘Meia hora, meia hora’. Daí, para emendar com o ‘Rá-rá-tchim-pum’, foi um relâmpago. Estava criado o ‘hino’ do ‘Pudim’ e da ‘Bandeira’: o grito-de-guerra de toda a estudantada de hoje.

Quando foi entoado pela primeira vez? – No dia seguinte daquela noite de farra, durante a visita do Marajá de Kapurtala à Faculdade. Assim saudado, o príncipe hindu manifestou vivo interesse pela harmoniosa e sugestiva língua falada no Brasil.”

Artigo originalmente publicado no *Diário de S. Paulo*, em 12.09.1952

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Ivan de Melo Araújo – **Diretor Adjunto:** Guido Arturo Palomba

Cinemateca: Wimer Botura Júnior – **Pinacoteca:** Aldir Mendes de Souza

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany – **Coordenação Musical:** Dartiu Xavier da Silveira

O Suplemento Cultural somente publica matérias assinadas, as quais não são de responsabilidade da Associação Paulista de Medicina.